



## PROJETO “CIDADANIA, POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO”: HISTÓRIA ESCOLAR E HISTÓRIA PÚBLICA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3544

Márcia Elisa Teté Ramos, UEM  
Érica Xavier, UEL

### Resumo

Apresentamos resultados de um projeto de pesquisa realizado por alunos do nono ano do Ensino Fundamental II. Partimos da ideia de aula-oficina (BARCA, 2004), que entende que a construção do conhecimento histórico deve ter como princípio a investigação. Este projeto, denominado “Cidadania, política e participação” contou com dois subprojetos envolvendo temas políticos: “Noções dos manifestantes acerca do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff-Londrina/ Pr” e “Noções dos manifestantes londrinenses sobre a ditadura civil militar (1964-1985)”. Os dados das pesquisas foram recolhidos durante a manifestação ocorrida em Londrina, Paraná, em março de 2015. Manifestação esta que ocorreu em diversas cidades brasileiras, em que grupos sociais foram às ruas protestar contra o governo brasileiro. Este movimento surgiu nas redes sociais e ganhou força, tendo como uma de suas principais reivindicações o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) e o fim da corrupção. A pesquisa dos alunos demonstra que existe um conjunto de saberes históricos que circula na sociedade, e que não é necessariamente produzido na escola. Por sua vez, os alunos tiveram por intermédio da pesquisa que realizaram o acesso às representações políticas de um dado grupo e puderam assim buscar uma explicação histórica para estas representações.

### Palavras Chave:

História Pública; Aula-oficina; Representações políticas; Ensino de História; Aprendizagem histórica.

Em março de 2015, em diversas cidades brasileiras, grupos sociais foram às ruas protestar contra o governo da república do Brasil. Este movimento surgiu nas redes sociais e ganhou força, tendo como uma de suas principais “bandeiras” o pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) e o fim da corrupção. Londrina foi uma das cidades onde determinados grupos aderiram a tal movimento. Foi neste contexto histórico-político, que surgiu a ideia de desenvolver com os alunos do nono ano do Ensino Fundamental II o projeto “Cidadania, política e participação”<sup>1</sup> que contou com dois subprojetos envolvendo temas políticos: “Noções dos manifestantes acerca do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff- Londrina/Pr” e “Noções dos manifestantes londrinenses sobre a ditadura civil militar (1964-1985)”. Os dados das pesquisas foram recolhidos durante a manifestação ocorrida em Londrina.

O projeto foi pensado como apropriado para a aprendizagem histórica ao propor uma investigação e foi desenvolvido sob orientação da professora Érica Xavier (professora de História e de Cidadania, nesta última disciplina o projeto foi desenvolvido) juntamente com professora de iniciação científica da escola. Isabel Barca critica a “aula-conferência”, ou seja, a aula expositiva como aquela que anuncia a História como verdade “cabendo aos alunos – por norma catalogados como seres que ‘não sabem de nada’, ‘não pensam’ – receber as mensagens e regurgitá-las correctamente em testes escritos” (BARCA, 2004, p. 132). Argumenta a autora que uma aula baseada no “construtivismo social” entende o

aluno como protagonista de seu próprio conhecimento (BARCA, 2004, p. 133). Para que isso seja possível, Barca toma como princípio que os alunos devem “ler fontes diversas, com suportes diversos e mensagens diversas” (BARCA, 2004, p. 134), bem como “procurar entender situações humanas em diferentes tempos e diferentes espaços” e saber comunicar as interpretações e reflexões adquiridas no processo de aprendizagem (BARCA, 2004, p. 135). Assim, entendemos que se os alunos fizessem enquetes *in loco* nas manifestações pró-*impeachment*, perceberiam quais representações políticas circulam em meio a alguns grupos sociais, mas também, quais saberes históricos são utilizados, como no caso, sobre a Ditadura Civil-Militar.

Esta fundamentação da aula-oficina em que temos como partida o princípio investigativo e a concepção de que na sociedade circulam saberes históricos não especializados, levou ao projeto que então teve como intenção levar os alunos a analisarem: perspectivas em torno dos direitos dos cidadãos; liberdade de expressão, importância da participação popular para a conquista dos direitos; o destaque quanto aos processos históricos e não somente fatos e nomes, entre outros fatores ligados à democracia. Também se buscou compreender que em determinados tempos históricos e contextos políticos, alguns direitos podem ser retirados dos cidadãos, assim como podem ser instaurados regimes de censura e repressão. Vale esclarecer que o conceito substantivo a ser explorado naquele momento era o da “Era Vargas”. No entanto, o objetivo do projeto era o de desenvolver conceitos meta-históricos, em especial o de evidência<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Este projeto foi classificado em uma seletiva estadual para compor a feira científica “Ficiências” ocorrida em novembro de 2015, em um dos campi da UNILA, Foz do Iguaçu. Foram escolhidos 150 projetos de diversas áreas do conhecimento envolvendo Brasil, Paraguai e

Argentina. Trata-se de um evento promovido em parceria com a Itaipu.

<sup>2</sup> Os conceitos históricos substantivos são específicos da história, e estão mais vinculados às informações históricas ou conteúdos históricos, por exemplo: Revolução Francesa, Feudalismo, Renascimento, Guerra de Canudos, Revolução

Para tanto, considerando a importância do envolvimento do cidadão com a política, optou-se por verificar o que pensavam as pessoas que participaram do protesto sobre os temas como o *impeachment*. Obviamente as pessoas que ali estavam concordavam, até certo ponto, com a saída da presidenta Dilma Rousseff ou clamavam por mudanças, junto ao fim da corrupção. No caso do tema sobre a Ditadura civil-militar, a iniciativa surgiu porque em outras manifestações podemos perceber que havia certos grupos que pediam a volta do Regime Militar ou Intervenção militar.

A escola em que o projeto foi desenvolvido, integra a rede privada e localiza-se na região central da cidade de Londrina, atendendo Ensino Fundamental II, Ensino Médio e oferecendo curso pré-vestibular. Trata-se de uma escola com espaço físico relativamente pequeno. No Fundamental II, a média é de 20 a 25 alunos por sala de aula. A turma do nono ano em 2015 tinha uma média de 22 alunos em sala, com idades entre 13 a 16 anos<sup>3</sup>.

O método utilizado pelas equipes<sup>4</sup> para aplicação da pesquisa foi enquete/entrevista, as questões foram elaboradas pelos alunos, que tiveram como base discussões em torno de diversos materiais midiáticos com diferentes suportes e fontes primárias e secundárias. Para aplicação, foram

utilizadas impressões das enquetes, prancha e caneta. Sobre as noções dos manifestantes a respeito do *impeachment* foram entrevistados 200 participantes que responderam a quatro perguntas. No caso das noções dos manifestantes sobre a Ditadura civil-militar, também foram respondidas quatro perguntas feitas a 121 pessoas, não havendo qualquer identificação pessoal nos questionários. A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Londrina/PR em 15 de março de 2015 e teve duração de 2h30min, com início às 15h00minh e término as 17h30minh. Após o recolhimento, os dados foram tabulados demonstrando o resultado da pesquisa: Sobre *Impeachment* = 200 entrevistados e sobre Ditadura civil-militar = 121 entrevistados

Sobre os manifestantes, não temos dados pessoais, como foi mencionado, entretanto, a partir da observação e em conversas informais no momento da entrevista foi possível perceber que pertenciam a classes sociais diversas. Os entrevistados aparentemente possuíam entre 20 a 70 anos. Em meio ao público, junto aos adultos, haviam adolescentes e crianças.

Diante da complexidade do tema envolvendo a política brasileira, os interesses de grupos e o clamor em favor do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, surgiram algumas questões que nortearam esta pesquisa como: Será que os

---

Industrial, etc. Os conceitos de segunda ordem são constitutivos da cognição histórica, isto é, dizem respeito aos fundamentos teóricos e metodológicos da história, à natureza do conhecimento histórico, entre outros: explicação histórica, fontes e evidências, consciência histórica, inferência, imaginação histórica, interpretação, narrativa, etc. Tais conceitos também são ligados à noção temporal, como mudança, permanência, evolução e transição. Ver: LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em História. In: BARCA, I. Perspectivas em educação histórica. Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga - Portugal: Centro de Investigação em Educação/Instituto de Educação e Psicologia/Universidade do Minho, 2001.

<sup>3</sup> Estes estudantes, em geral, são de classe média alta da cidade. As profissões dos adultos responsáveis variam entre advogados, juristas, psicólogos, empresários, profissionais liberais, arquitetos, médicos, professores, entre outros. Os alunos que chegam à escola para ingressar no sexto ano, em sua maioria, vêm de outras escolas particulares que atendem somente o Fundamental I. Outros vêm transferidos em diversos níveis de outras escolas particulares, mas somente uma parte ínfima vem de escola pública, na maioria em condição de bolsista integral ou parcial.

<sup>4</sup> Cada equipe desenvolveu um tema, os dados recolhidos não foram das mesmas pessoas.

participantes de fato acreditam que as manifestações podem causar o *impeachment* da atual presidente? Sabem quem assumiria caso o *impeachment* ocorresse? Se o pedido fosse aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, os manifestantes compreendem como o *impeachment* pode ser validado?

O objetivo geral foi mapear de forma quantitativa como os manifestantes pensavam as questões citadas acima. Foram utilizados como base de discussão para se elaborar as questões com os alunos que aplicaram a enquete, a atual Constituição (1988), um documentário<sup>5</sup> e fragmentos de textos como ponto de partida para as discussões a respeito processo de *impeachment*, tendo como pano de fundo o processo que envolveu o ex-presidente Fernando Collor em 1992. Através deste material também se buscou entender o processo democrático e a atuação dos movimentos populares naquele momento

Em relação ao conteúdo do protesto, a maioria trazia faixas e cartazes relacionados com situação econômica, contra a corrupção, com manifestações contra o Partido dos Trabalhadores (PT), entre outros motivos ligados a insatisfação contra o governo federal.

A primeira questão da enquete: O que te trouxe a essa manifestação? Obteve as seguintes respostas: 54%, protestar contra o atual governo; 22% protestar e pedir o *impeachment*; 17%, pedir o *impeachment* contra a atual presidente; 2%, curiosidade; 1% protestar, pedir *impeachment* e curiosidade e 1% Outro. Nesta questão pôde-se marcar mais de uma alternativa. De forma geral, grande parte dos entrevistados, ou seja, 54% demonstraram que o motivo de estarem nas ruas era especificamente a insatisfação contra o atual governo federal. Esta pergunta foi sugerida, com a intenção de perceber o motivo que levou a pessoa a

manifestar-se publicamente, sem restringir apenas a questão do *impeachment*, pois consideramos que algumas pessoas estavam presentes apenas para manifestar sua indignação, sem necessariamente acreditar que as manifestações populares por si, fossem capazes de tirar a presidenta. Pela referência cruzada das respostas, é possível verificar que de fato, muitos foram apenas protestar, mas uma grande soma de pessoas protestava contra a presidente e pedia *impeachment* da mesma como objetivos relacionados.

Na pergunta 2, procura saber se os manifestantes entendiam que tinham o poder de causar o *impeachment* da presidente pelas suas reivindicações: Você acredita que as atuais manifestações podem causar o *impeachment* da atual presidente da República? SIM, 45%; SIM, mas acho impossível, 41% e 14%, NÃO. A pesquisa demonstra que 45% dos entrevistados acreditavam que as manifestações poderiam causar o *impeachment*, sobre os 41% que responderam achar improvável, havia uma esperança que fosse através das manifestações que o *impeachment* ocorreria, e 14% reconheceu que só as manifestações não são capazes de causar o *impeachment* de um presidente.

Vale lembrar que manifestações populares são importantes à medida que fazem pressão sobre os governos, mas o processo de *impeachment* só é possível através de meios legais. Embora alguns entrevistados não tivessem claro se as manifestações pudessem ter o poder de provocar o *impeachment*, há que sublinhar que estas afirmam suas causas, suas “bandeiras” e servem ao propósito de marcar uma identidade: “nós existimos”, “nós estamos aqui”, “nós fazemos a diferença” (BUCCI, 2016, p. 30). Nesta manifestação em questão, reclamava-se sobre a “malversação do erário” do governo de

<sup>5</sup> Documentário: Arquivo N- O impeachment de Fernando Collor . Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=t9GvefCDQjo>.

Dilma, a “incompetência no trato com o Parlamento e a recessão causada pela política econômica” (BUCCI, 2016, p. 16). Em uma análise mais aprofundada, manifestações deste tipo representam que existem “déficits democráticos” que expressam a distância entre as aspirações públicas (individuais e coletivas) e a satisfação com as instituições da democracia política. Desta forma, alguns argumentos em torno da “ignorância” dos manifestantes nos parecem inócuos, pois para estes, as reivindicações faziam todo o sentido.

17% dos entrevistados acreditavam que para ocorrer o *impeachment* era necessário 2/3 do voto da população: Quem você acha que assumiria se ocorresse o *impeachment*?: 47%, Michel Temer; 30%, acontece novas eleições; 11%, Outro; 10%, Aécio Neves; 2%, Eduardo Cunha. Os resultados apontam que 47% dos entrevistados sabiam que quem assumiria em caso de *impeachment* seria Michel Temer. Entretanto, na soma das demais alternativas, 53% demonstraram não ter conhecimento de que no caso de *impeachment*, quem deve assumir é o vice-presidente. No total, 30% acreditavam na possibilidade de haver novas eleições. Ainda temos 10% de pessoas que achavam que quem assumiria seria Aécio Neves. Este candidato disputou e perdeu o segundo turno das eleições de 2014 contra Dilma Rousseff. Esta questão foi muito relevante aos alunos que realizaram a pesquisa, pois estes consideraram que se os manifestantes estavam pedindo a saída da presidente, deveriam saber quem ocuparia o seu lugar.

Este resultado nos faz refletir sobre o que dissemos anteriormente: em nenhum momento a grande mídia entendeu que em caso de *impeachment*, haveria novas eleições, o que só corrobora a consideração de que certos saberes

circulam na sociedade de forma independente do sentido preferencial que a mídia quer dar: Depois de ser aceita pela câmara dos deputados, como o pedido de *impeachment* pode ser validado? 51% disseram que seria o voto de 2/3 dos deputados e senadores; 25% disseram não saber; 17% o voto de 2/3 da população e que não passa por votação, 7%. Os dados indicam que 51% assinalaram a alternativa correta, ou seja, o pedido de *impeachment* só poderia ser validado se houvesse 2/3 dos votos dos deputados. Na soma das alternativas, 49% demonstraram desconhecer como ocorre a validação do *impeachment* para que o presidente deixe o cargo.<sup>6</sup>

Sobre as considerações dos alunos após analisarem os dados, constataram que as manifestações populares são muito importantes, pois reforçam o processo democrático. A partir desta pequena amostra, mas significativa, puderam perceber que grande parte dos entrevistados tinha noções equivocadas de como ocorre o *impeachment*, ou mesmo de quem deve assumir. Isso os levou a pensar que participar de forma crítica da política é fundamental para o desenvolvimento pleno da cidadania, mas que devemos estar informados também sobre os processos e não somente dos fatos.

Vale ressaltar que inicialmente os alunos que desenvolveram esta pesquisa eram favoráveis ao *impeachment* e manifestavam-se, como grande parte dos jovens influenciados pelo seu meio – lembrando que pertenciam à uma escola privada -, de forma bastante contundente quando se falava da presidente Dilma Rousseff. Entretanto, puderam perceber que é necessário ter uma posição crítica bem fundamentada que possa servir para a argumentação. Foi decepcionante para esses alunos perceber que uma parte relativamente considerável dos manifestantes entrevistados

<sup>6</sup> O processo de pedido de *impeachment* ocorre pela indicação do presidente da câmara dos deputados, na época, Eduardo Cunha (PMDB).

Para que este pedido seja validado, é necessário que 2/3 dos deputados e senadores votem a favor.

desconheciam os processos que precedem um processo de *impeachment*. Nesta turma de nono ano, a maioria dos alunos apresentavam ideias rasas e agressivas em torno da discussão do *impeachment*.

Não era objetivo da pesquisa mudar a opinião política dos alunos, mas cumprir finalidades didático-pedagógicas no campo da história como disciplina escolar. Tais finalidades podem ser relacionadas com pressupostos de Jörn Rüsen:

<b>Pressupostos do aprendizado histórico segundo Rüsen</b>	<b>Os alunos como sujeitos pesquisadores</b>
O aprendizado histórico deve ser aberto à própria vida prática	Tinham como problemática próxima o descontentamento em relação à presidente
Só tem sentido se relacionado à subjetividade dos alunos	Tinham “opiniões” sobre o <i>impeachment</i> , discutindo sobre o assunto, por vezes de forma agressiva ao se referirem à presidente
Deve efetuar-se no meio de uma intersubjetividade discursiva	Através da pesquisa, tiveram que debater os resultados entre si
A consciência histórica também se refere a aspectos políticos	Nem todos os alunos mudaram de opinião, mas certamente passaram a discutir o tema de forma mais argumentada

Tabela 1: Resultados da pesquisa

O outro subprojeto focou na questão da Ditadura Civil-Militar e nas ideias dos londrinenses acerca do tema. Assim como no projeto descrito anteriormente, os alunos tiveram orientações sobre o conteúdo histórico da Ditadura Civil-Militar e foram utilizadas diversas fontes como imagens, vídeos, música, o material didático de história utilizado pelos alunos, textos documentais e fragmentos de bibliografia a respeito do tema e a Constituição (1988) como amparo. Ainda, foi solicitado aos mesmos que perguntassem em suas famílias ou responsáveis qual a opinião dos familiares sobre o assunto.

Em discussão sobre o tema em sala de aula, algumas ideias foram surgindo: Que talvez, um regime militarista fosse uma boa opção para o Brasil naquele momento, visto que o país atravessava (atravessa) uma crise institucional iniciada com o pedido de *impeachment* da então presidenta Dilma Roussef, eleita em 2014. Houve bastante debate e ponderação entre as opiniões sobre o tema. Uma parte significativa dos alunos presentes se mostrou favorável à Intervenção Militar, sob alegação de que os cidadãos que não transgredissem as leis não teriam porque se preocupar. Esta ordem de pensamento demonstra um pensamento conservador e novamente podemos dizer que a grande mídia não difundiu qualquer mensagem neste sentido. Portanto, estes “saberes” circulam na sociedade de uma forma que não temos como inferir sua origem. Outra parte dos alunos se colocou terminantemente contra a Intervenção Militar, com argumentos relacionados à repressão, censura e o argumento de que tais meios violentos não ajudariam em nada a melhorar a política do país. Alguns alunos optaram por se absterem da discussão por não ter uma opinião formada ou por que se sentiram intimidados com a discussão e outros, por fim, demonstraram não estar interessados.

Podemos pensar que os que se posicionaram sobre a questão tanto a favor, como contra, sofrem influências diretas do meio em que vivem – principalmente, quanto à posição social e/ou classe social que ocupam -, inclusive, recebendo e compartilhando das opiniões de adultos, opiniões essas que se exteriorizam no calor dos debates em sala de aula. Outros, mesmo tendo influências conservadoras, eram contrários. No entanto, é importante dizer que os alunos que se posicionaram a favor do Regime Militar, não eram a favor da violência física ou psicológica, mas também não viam outra forma melhor para “endireitar o país”.

É importante destacar que estes

alunos, ao defenderem suas ideias, desconstruíram o argumento bastante repetido de que o jovem é apolítico. Desde as manifestações de junho de 2013, o jovem aderiu aos protestos de rua. Podemos retornar à 2003, quando o Projeto Juventude pesquisou 3.501 jovens de 15 a 24 anos de todo país, com 160 questões que englobavam temas como: ser jovem, escola, trabalho, valores e referências, sexualidade, drogas, cultura e lazer, mídia, violência, política e participação, direitos (ABRAMO; BRANCO, 2005). Tal pesquisa demonstrou que o jovem se preocupava com a política sim, para resolver questões como, principalmente: violência, criminalidade, pobreza, emprego e drogas (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 387).

Na pesquisa do Projeto Juventude, prova-se que o jovem se interessa pela política, mesmo que suas opiniões nos pareçam decepcionantes: 53% dos jovens entrevistados entende que a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo; 22% acha que tanto faz se o governo é uma democracia ou uma Ditadura e 16% acredita que em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 406). Naquele momento, a pesquisa já demonstrava que poucos jovens se consideravam como sendo de esquerda, na linha intermediária ficavam os jovens que se consideravam de direita e em maior quantidade, o que se consideravam de centro (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 407). A primeira instituição que o jovem tinha confiança, seria a Família, e, depois: professores, igreja; outros parentes, companheiros de trabalho, e então, a seguir, militares das Forças Armadas. A confiança no Governo Federal ficava em 18º lugar e em partidos políticos em 21º lugar. Com estes dados podemos inferir que desde aproximadamente 2003, os jovens

compunham um perfil conservador, era incipiente a ideia de que uma Ditadura poderia ser melhor forma de governo e que o Governo Federal e partidos políticos eram bem menos confiáveis do que as Forças Militares.

Dos debates travados em sala de aula, surgiram as problematizações que nortearam a pesquisa realizada pelos alunos. Visto que a questão gerou muitas polêmicas, começamos a nos perguntar por que as pessoas apoiaram a Intervenção militar em 1964 e porque até hoje um governo fundamentado em uma Ditadura atrai adeptos, mesmo que possivelmente as pessoas tenham conhecimento que em tais regimes as liberdades são restritas.

Fomos a campo na manifestação, foram entrevistadas 121 pessoas<sup>7</sup>: Você é a favor da Intervenção Militar no Brasil? 60% disseram NÃO. Pois acho que não resolveria o problema da corrupção no Brasil; 32% disseram SIM. Pois acredito que somente sob o Regime Militar a corrupção vai acabar e 8 % disseram TALVEZ. Mas acho pouco provável que aconteça, pois estamos em um regime democrático

60% dos entrevistados se colocaram contra a Intervenção Militar, pois não acreditavam que um regime militarista resolveria os problemas de corrupção do país; 32% se colocaram a favor, o que denota que acreditavam que um Regime Militar por parecer mais rígido seria capaz de colocar fim na corrupção e nos escândalos envolvendo a política, essas pessoas obviamente tem uma representação positiva sobre o período em que a Ditadura foi vigente no país; 8% assinalaram que talvez uma Intervenção Militar fosse uma das soluções, mas não achavam provável. A questão “Na sua opinião a Intervenção Militar pode acontecer dentro da legalidade?”, resultou em: 47% SIM. Pois está amparada na legislação brasileira; 37% NÃO. Pois as

<sup>7</sup> As pessoas entrevistadas nesta pesquisa não foram as mesmas da pesquisa sobre o *impeachment*.

Forças Armadas estão submetidas à autoridade da Presidente da República e 16% TALVEZ. Pois através das manifestações populares as Forças Armadas podem tomar o poder.

Nas redes sociais, em canais do *Youtube* é comum encontrar pessoas ou grupos que defendem a Intervenção Militar e a consequente instauração do Regime Militar como algo legítimo, inclusive alegam haver amparo na Constituição de 1988. Entretanto, o artigo 142 dispõe que uma possível Intervenção Militar, para ter amparo constitucional, só poderia acontecer com a autorização do presidente do Brasil, mediante à perigos extremos à pátria<sup>8</sup>.

Esta questão buscou verificar o conhecimento dos entrevistados, ainda que de forma não aprofundada, sobre a Constituição e a questão proposta. 47% assinalaram que a Intervenção pode acontecer dentro da legalidade; 37% apresentaram uma contradição, pois assinalaram que não poderia acontecer, pois as forças armadas estavam submetidas a presidente da república, ora, se o apoio a Intervenção Militar naquele momento de 2015 clamava justamente pela saída da presidente, não seria uma quebra de hierarquia, crime previsto por lei? Esta foi uma questão levantada por um dos alunos que participou do projeto. Ainda houve uma margem de 8% que acreditavam que através do clamor público a forças armadas poderiam tomar o poder. Com a questão “Você acredita que uma Intervenção Militar possa se tornar um Regime Militar?”, as respostas

foram: 47%, SIM. Pois temos a experiência de 1964; 33%, NÃO. Nos dias atuais não seria possível acontecer e 10%, TALVEZ. Pois poderia ser consequência da tomada de poder.

Nesta questão, 57% acreditavam que uma Intervenção poderia se tornar um regime, uma tomada de poder, porque tinham como parâmetro a experiência de 1964. Percebemos que há por parte de alguns entrevistados, uma convicção mesmo sabendo que a Intervenção pode não ser algo passageiro, como foi à experiência de 1964 e que o direito a liberdade de expressão, de se manifestar, estaria restrita. Temos ainda 33% que talvez a Intervenção Militar pudesse se tornar um regime e 10% que nos dias atuais não seria possível.

Nas respostas, sejam elas quais forem, existe uma concepção de passado, uma concepção sobre o que seria Ditadura Militar. Podemos dizer que existe um “uso do passado” para negar ou corroborar a Intervenção Militar para resolver problemáticas do presente. Só faz sentido para o respondente pedir o retorno da Ditadura, se este a vê de forma positiva. Talvez o sujeito que assim responde tenha tido uma experiência boa na época da Ditadura ou mesmo familiares que tem na memória a Ditadura como uma época boa tenham transmitido esta mensagem. Esta positividade na forma de entender a Ditadura não circula apenas no chamado “senso comum”, embora esteja mais presente na História Pública do que na história institucionalizada<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

<sup>9</sup> Alguns historiadores adotam a perspectiva de “ditabranda”. Termo trazido pelo editorial de 17 de fevereiro de 2009 da Folha de S. Paulo. Este

editorial chamou a Ditadura brasileira de “ditabranda” com o objetivo de criticar o presidente Hugo Chávez e sua recente vitória política obtida através de plebiscito que lhe deu a possibilidade de disputar mais um mandato em 2012. A ideia era fazer um contraponto com os regimes da década de 70 e 80 na América Latina para afirmar que a situação na Venezuela era pior. Com o tempo o termo começou a abarcar: a noção de que a Ditadura foi uma reação ao avanço do comunismo e à Reforma Agrária; foi um regime político sem corrupção e desordem; foi um momento de desenvolvimento do país e os



A pesquisa dos alunos também mostrou certas contradições que permeiam a História Pública quando se fala de Ditadura Civil-Militar. “No Regime Militar a população tem direito a se manifestar?” 58%, não; 30%, sim e 12% talvez. A respeito desta questão podemos perceber que 58% acreditavam que no Regime Militar a população possivelmente não gozaria do direito de manifestar como estavam fazendo; 30% assinalaram ser possíveis manifestações como as que vinham ocorrendo pelo Brasil e 12% que talvez fosse possível exercer o direito de se manifestar. Como é possível perceber, as alternativas não foram explicativas nas questões anteriores, entretanto, para análise dos dados recorremos a comparação das respostas dadas pelas pessoas na enquete sobre a questão 1, para sabermos se a pessoa tinha conhecimento que apoiando uma Intervenção Militar seus direitos seriam restritos. Na margem dos 58% da questão 4, que assinalaram que não há liberdade para manifestações, 32% dos entrevistados da questão 1 demonstraram que eram a favor da Intervenção Militar. Entre os 42% que marcaram que sim ou talvez seja possível se manifestar no Regime Militar, podemos pensar que ou as pessoas possuem um desconhecimento (histórico) de como funcionaram os regimes militares, que as liberdades individuais podem ser tolhidas a qualquer momento, ou ainda, que acreditavam que em regimes militares possa se garantir os direitos de liberdade de expressão.

Da mesma forma que a pesquisa sobre o *impeachment*, quanto à Ditadura Civil-Militar também não houve como objetivo principal fazer mudar a

perspectiva do aluno. Porém, estes puderam perceber pela própria pesquisa que as respostas dos manifestantes eram sem sustentação histórica, ou eram contraditórias e repletas de erros de informações básicas. Talvez, e esperamos que sim, por intermédio da pesquisa os alunos tenham construído concepções mais elaboradas do ponto de vista da história. Partindo de uma problemática do presente, investigaram ideias que subentendem saberes históricos, contrastaram as respostas com outras fontes históricas, bem como com a historiografia disponível e tiveram assim, condições para reelaborar suas próprias noções. Entendemos que este movimento, parte da vida prática e “retorna” à mesma, promovendo valores e comportamentos mais adequados à vivência democrática, baseados na justiça e na igualdade social.

## Referências

ABRAMO; Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Org.). *Retratos da juventude brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo. 2005.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. *Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BUCCI, Eugênio. A forma bruta dos protestos. Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras. 2016.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora EFPR, 2010.

---

militantes a favor da democracia seriam “baderneiros” ou “terroristas” Ver livros que defendem a “ditabranda”: VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à Brasileira*. 1964-1985. A Democracia golpeada à esquerda e à direita. São

Paulo: Leya, 2014; SILVEIRA, Itamar Flávio; CARVALHO, Suelm. *Golpe de 1964*. O que os livros de história não contam. São Paulo: editora Peixoto neto, 2016.